



PLANO DE TRABALHO DO TED N° 30/2025

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a):	Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado
Nome da autoridade competente:	Francisco Gaetani
Número do CPF:	297.500.916-04
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado
Identificação do Ato que confere poderes para assinatura:	Decreto 10.426, de 16 de julho de 2020, Portaria MGI nº 572, de 8 de março de 2023; e, Portaria CC/PR nº 2.160, de 29 de março de 2023.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:	200285 - COORDENAÇÃO GERAL DE TRANSFERÊNCIAS
Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	200444 - Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada:	Universidade de Brasília
Nome da autoridade competente:	Prof. ^a Rozana Reigota Naves
Número do CPF:	646.614.311-20
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:	Instituto de Ciência Política (IPOL)
Identificação do Ato que confere poderes para assinatura:	Decreto de 22 de novembro de 2024, publicado em 22/11/2024, Edição 225-A, Seção 2, Extra A - Atos do Poder Executivo DOU.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:	154040/15257 - Universidade de Brasília - UnB
Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED:	154278 – Instituto de Ciência Política - IPOL

3. OBJETO:

O presente aditivo ao Termo de Execução Descentralizada (TED) tem como objeto prorrogar a vigência do termo aditivo e aumentar o valor descredenciado para viabilização de novas atividades de pesquisa e apoio técnico no âmbito do projeto de mapeamento de inovações na construção de capacidades relacionais que já estão em curso ou que podem ser ampliadas e explorar as possibilidades e obstáculos para a ampliação de tais inovações. Tais atividades serão executadas pelo Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB) para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

Etapa 1 – Entrevistas com atores chaves

Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com atores governamentais e da sociedade civil com o objetivo de propor um mapeamento de atores, desafios e experiências de inovações em curso na construção de capacidades estatais político-estatais. As entrevistas também terão a finalidade de realização de uma coleta de dados exploratória e de mapeamento de atores que potencialmente participarão da etapa de oficinas.

Entre os atores da sociedade civil, as entrevistas abrangerão interlocutores que compõem diferentes tipos organizacionais: as organizações mais institucionalizadas que historicamente construíram uma relação privilegiada com os órgãos governamentais, notadamente no caso das instituições participativas; as organizações que historicamente foram excluídas das políticas públicas, particularmente as periferias urbanas, as comunidades tradicionais e os povos indígenas; e, finalmente, as organizações menos institucionalizadas que estão experimentando novas formas de relacionamento mais informais com o setor público, destacando-se os movimentos de reivindicação dos —comuns.

Entre os atores governamentais, as entrevistas se dirigirão a interlocutores que, a nível federal, atuam ou atuaram com o tema da participação social, incluindo: atores atualmente vinculados à Secretaria Nacional de Participação social; os Secretários de Participação Social atuantes nos diferentes ministérios; e, por fim, interlocutores que já atuaram com essas temáticas em âmbito federal, mas que atualmente não estão vinculados ao governo federal. Com essa composição, busca-se mapear informações tanto sobre as possibilidades e desafios atuais quanto sobre o histórico de construção de capacidades estatais político-estatais.

Etapa 2: Organização de mesa redonda no “Seminário Internacional O Futuro da Democracia” a ser realizado na UnB

O Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília está planejando um seminário no final de 2025 para discutir o Futuro da Democracia. O evento será organizado em mesas de discussão, para as quais serão convidados(as) palestrantes nacionais e internacionais. Ao longo de dois dias, teremos uma conferência de abertura com keynote speaker e 5 (cinco) mesas de debate, compostas por 3 a 4 participantes cada, sendo que um(a) terá o papel de coordenador(a), facilitador(a) e comentarista da mesa. Serão convidados especialistas da academia, mas também gestores, lideranças políticas e da sociedade civil que estejam promovendo iniciativas ou reflexões inovadoras relacionadas ao futuro da democracia. Uma das mesas previstas que dialoga diretamente com o projeto é intitulada —State capacities, Public Policies, and the Future of Democracy. O evento será um momento importante para discutir o marco teórico do projeto com acadêmicos e especialistas, abordando o tema da capacidade estatal.

Etapa 3: 1º Oficina nas dependências da UnB

Os objetivos das duas oficinas são consolidar o mapeamento dos atores-chave na construção das capacidades político-relacionais, promover o diálogo e o compartilhamento de experiências sobre os desafios e obstáculos, e identificar e sistematizar as inovações e sinergias atuais nas relações democráticas entre o Estado e a sociedade.

Oficina nº1: Quais inovações na construção de capacidades relacionais já estão em curso e podem ser ampliadas?

Essa oficina contará com a participação de atores sociais chaves na atual reconfiguração da relação entre a sociedade e o Estado. O objetivo é identificar práticas inovadoras em diferentes áreas e regiões do Brasil que sejam capazes de fortalecer desde baixo para cima as capacidades político-relacionais do Estado, indo além dos modelos e interlocutores tradicionais. Será dada especial atenção à identificação, à promoção e à construção de instrumentos e arranjos institucionais que interajam com populações historicamente excluídas da formulação de políticas públicas, bem como com comunidades e reivindicações emergentes.

A oficina contará com a equipe do projeto, dois facilitadores e estudantes de pós-graduação, responsáveis por fazer a relatoria do evento. A partir da observação da equipe e das anotações dos facilitadores, será elaborado um relatório a ser entregue ao MGI. Este relatório será composto de apresentação dos objetivos da oficina, descrição dos participantes e dos principais pontos discutidos, discussão acerca das dificuldades levantadas para a construção de capacidades estatais-relacionais, um breve inventário das experiências em curso e apresentadas durante o evento e reflexão sobre seus potenciais de inovação.

Etapa 4: 2º Oficina nas dependências da UnB

Os objetivos das duas oficinas são consolidar o mapeamento dos atores-chave na construção das capacidades político-relacionais, promover o diálogo e o compartilhamento de experiências sobre os desafios e obstáculos, e identificar e sistematizar as inovações e sinergias atuais nas relações democráticas entre o Estado e a sociedade.

Oficina nº2: Quais os desafios e as inovações estatais na construção de capacidades político-relacionais?

Essa oficina contará, principalmente, com atores governamentais que atuam ou atuaram com o tema da participação social a nível federal (a partir de mapeamento realizado durante a etapa de entrevistas). O objetivo da oficina é identificar desafios e práticas inovadoras na construção de capacidades político-

relacionais no âmbito estatal. Para tanto, serão abordados aspectos como as potencialidades e limites das estruturas institucionais para a construção e efetivação das capacidades político-relacionais, as possíveis soluções para as barreiras identificadas e os mecanismos de difusão das experiências inovadoras.

A oficina contará com a equipe do projeto, dois facilitadores e estudantes de pós-graduação, responsáveis por fazer a relatoria do evento. A partir da observação da equipe e das anotações dos facilitadores, será elaborado um relatório a ser entregue ao MGI. Este relatório será composto de apresentação dos objetivos da oficina, descrição dos participantes e dos principais pontos discutidos, discussão acerca das dificuldades levantadas para a construção de capacidades estatais-relacionais, um breve inventário das experiências em curso e apresentadas durante o evento e reflexão sobre seus potenciais de inovação.

Etapa 5: A participação da equipe em um seminário público do MGI

Após a realização das duas oficinas, a equipe fará um debate público, nas dependências do MGI, em evento a ser organizado em comum acordo com a equipe da SETE/MGI.

Etapa 6: Sistematização - Produção de um ebook em linguagem não acadêmica para divulgação dos resultados e primeira versão de artigo científico

Na etapa final do projeto será produzido um ebook com linguagem não acadêmica e de livre distribuição para a divulgação dos resultados da pesquisa. O ebook será composto por uma introdução explicando a pesquisa e seus objetivos e capítulos que sistematizem os principais resultados das oficinas, entrevistas e dos seminários, levando em consideração as inovações que vêm sendo experimentadas por atores tanto estatais como sociais. Além do ebook, até o final do projeto, a equipe produzirá a primeira versão de pelo menos um artigo científico a ser apresentado em congressos científicos e submissão a revista especializada no período posterior à finalização do projeto, visando aperfeiçoamento do conteúdo em diálogo com pares. O objetivo será sistematizar as inovações apresentadas e refletir à luz da literatura de interação socioestatal e capacidades estatais sobre os principais desafios e possibilidades das experiências, seja para sua aplicação em larga escala, seja para orientar mudanças de rumo na maneira em que o Estado ouve e interage com a sociedade.

Etapa 7: Análise de obstáculos e avanços no fortalecimento de capacidades estatais político-relacionais no uso de novas tecnologias

Uma das frentes de inovação da participação no governo Lula 3 foi a intensificação da participação digital por meio da criação da Plataforma Brasil Participativo, que logrou envolver um número expressivo de pessoas no processo de formulação do PPA e, ao longo do governo, introduziu diferentes modalidades de consultas e construção coletiva de planos de políticas públicas intersetoriais. Para além da participação institucionalizada, existe também uma diversidade de tecnologias e mídias digitais que vêm sendo apropriadas, transformadas ou criadas pela sociedade civil e por ativistas na busca de soluções inovadoras na relação que estabelecem com o Estado, as políticas públicas e o mercado. A Rede Mocambos, por exemplo, articula organização cultural e política com o desenvolvimento de infraestrutura digital comunitária, por meio de ferramentas como o Baobáxia e centros de dados locais, que permitem às comunidades armazenar, gerir e compartilhar seus próprios arquivos sem depender das Big Techs ou de conexão constante à internet. Já a organização NOSSAS produz tecnologias cívicas abertas para potencializar estratégias de comunicação e mobilização social, como o Beta, o primeiro chatbot feminista do Facebook, o Defezap, sistema de defesa contra a violência do Estado pelo WhatsApp, e o BONDE, plataforma de ativismo compartilhada com mais de 50 organizações latino-americanas. As diversas iniciativas desenvolvidas no Núcleo de Tecnologia do MTST também merecem destaque. Com base em entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental e busca estruturada na web, este relatório apresenta algumas dessas experiências, discutindo suas potencialidades e os principais desafios que enfrentam para estabelecer pontes com o Estado.

Etapa 8: Análise de obstáculos e avanços no fortalecimento de capacidades estatais político-relacionais na comunicação periférica

Como fortalecer as capacidades estatais políticorelacionais por meio de estratégias de comunicação capazes de aproximar o Estado das populações periféricas? Este estudo de caso busca compreender os principais desafios e oportunidades envolvidos na construção de relações mais efetivas entre Estado e sociedade no campo da comunicação periférica, tomando como foco as experiências de organizações da sociedade civil que atuam na mediação entre instituições públicas e territórios populares. O estudo tem como objetivos identificar os obstáculos que dificultam a circulação de informações, a escuta e o diálogo entre Estado e periferias, bem como mapear práticas e estratégias inovadoras que contribuam para o fortalecimento das capacidades estatais políticorelacionais. Para isso, a pesquisa é desenvolvida por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com representantes de organizações da sociedade civil que mantêm interlocução com órgãos governamentais, buscando sistematizar percepções, experiências e reflexões sobre os caminhos para a construção de formas mais inclusivas, legítimas e eficazes de interação socioestatal com grupos historicamente excluídos.

Etapa 9: Análise de obstáculos e avanços no fortalecimento de capacidades estatais político-relacionais em programas de agentes territoriais

Os programas de agentes territoriais se disseminaram em diferentes áreas políticas públicas ao longo deste governo, entre elas estão: saúde, cultura, alimentação, economia solidária, pesca artesanal, igualdade racial e direitos humanos. O que este estudo de caso pretende é identificar essas experiências e compreender o que a dimensão “territorial” aporta às formas de participação e de construção de políticas públicas no governo federal. De que forma esses programas de agentes têm aproximado o governo federal dos territórios? O que elas trazem de inovador no que se refere às formas de participação social tradicionais (conselhos, conferências, etc.)? O estudo de caso será conduzido a partir de entrevistas com atores chave de diferentes programas de agentes com o objetivo de compreender sua construção, focos de atuação e, potencialmente, alguns de seus principais resultados. Além disso, o estudo se valerá de documentação produzida pelos programas, como relatórios, guias, livretos, panfletos, para reconstruir o histórico deles.

Etapa 10: Construção de um catálogo analítico de inovações no fortalecimento de capacidades estatais político-relacionais

De que forma o Estado já está fortalecendo suas capacidades político-relacionais para construir políticas públicas mais eficazes e com maior legitimidade social? Propõe-se um mapeamento de iniciativas inovadoras de interação entre Estado e sociedade. A partir de uma análise cruzada das entrevistas realizadas e da realização de eventuais entrevistas complementares, trata-se de criar uma base de dados, bem como uma matriz que compile os casos de estudo. Existem diferentes formas de inovação que também podem ser combinadas, seja para envolver públicos historicamente excluídos dos canais de participação, para desenvolver o diálogo territorial, ou para colocar as tecnologias a serviço das interações entre agentes públicos e atores sociais. O mapeamento permitirá, assim, catalogar e dar visibilidade a essas experimentações democráticas identificadas pelo projeto de pesquisa. O objetivo é, portanto, garantir uma ampla divulgação e a possível replicabilidade dessas iniciativas que reforçam as capacidades relacionais do Estado.

Etapa 11: Seminário final projeto

O seminário final do projeto será uma oportunidade de apresentar ao público de Brasília os resultados do projeto e construir diálogo entre gestores, sociedade civil e academia sobre as possibilidades e obstáculos para a construção de capacidades estatais político-relacionais mais fortes. Propõe-se um evento de um dia, no auditório do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília com a seguinte agenda 1. Apresentação geral da pesquisa 2. Apresentação do relatório do estudo sobre obstáculos e avanços no fortalecimento de capacidades estatais político-relacionais no uso de novas tecnologias 3. Apresentação do

relatório do estudo sobre obstáculos e avanços no fortalecimento de capacidades estatais político-relacionais na comunicação periférica 4. Apresentação do relatório do estudo sobre obstáculos e avanços no fortalecimento de capacidades estatais político-relacionais em programas de agentes territoriais 5. Apresentação do EBook de recomendações sobre como fortalecer capacidades estatais político-relacionais 6. Apresentação do catálogo analítico de inovações no fortalecimento de capacidades estatais político-relacionais 7. Debate com o público

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Nos termos do Decreto 12.102/2024, compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) promover uma gestão pública eficiente, eficaz, efetiva e inovadora para geração de valor público e redução das desigualdades. Nesse contexto, cabe à Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado promover e coordenar estudos e discussões sobre a transformação do Estado, por meio de medidas sobre organização administrativa, servidores, empregados, tecnologia e prestação de serviços públicos.

Neste sentido, compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) buscar mecanismos para a ampliação da capacidade estatal, e considerando a experiência da Universidade de Brasília, a presente parceria proposta busca o mapeamento de inovações na construção de capacidades relacionais que já estão em curso ou que podem ser ampliadas e explorar as possibilidades e obstáculos para a ampliação de tais inovações.

Atualmente a UnB oferta cerca de 145 cursos de graduação e 105 programas de formação em pósgraduação (<https://dpg.unb.br/programas-de-posgraduacao/apresentacao>). No tocante à produção do conhecimento científico e ao reconhecimento nacional e internacional, a UnB apresenta posição de destaque em vários rankings acadêmicos. Segundo avaliação sobre excelência do ensino, difusão de informações e transparência, da Webometrics Ranking of World Universities (<https://www.webometrics.online/list-of-universities-in-brazil/>), a UnB figura como a 3ª melhor universidade federal do Brasil, 6ª entre todas as instituições de ensino superior do país e 11ª entre aproximadamente quatro mil centros educacionais da América Latina. No que se refere aos grupos de pesquisa, são mais de 800 catalogados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e 6 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) representando diversas áreas

(<http://pesquisa.unb.br/#:~:text=A%20Universidade%20de%20Bras%C3%ADlia%20possui,conhecimento%20em%20constante%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20e>). Quanto ao sistema de avaliação nacional feito pelo Ministério da Educação (MEC), através do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Comissão para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a UnB obteve nota máxima em 75% dos cursos de graduação (<https://noticias.unb.br/institucional/7754-unb-recebe-nota-maxima-em-75-dos-cursos-de-graduacao-avaliados-em-2024>) e apresenta 7 pós-graduações também com nota máxima, incluindo nas duas modalidades o Instituto de Ciência Política (IPOL).

O IPOL é pioneiro no campo da ciência política tendo instituído o primeiro departamento de graduação do Brasil em 1989. Em 36 anos de funcionamento, o IPOL continua com papel de destaque ao inovar e avançar na modernização da matriz curricular e na busca de uma formação teórica, conceitual e metodológica avançada por meio da intersecção das áreas de conhecimento i) Democracia e Sociedade e ii) Política e Instituições. Seu quadro discente é composto por 580 estudantes e 30 docentes. Atualmente possui 6 grupos de pesquisa que atuam em rede e desenvolvem linhas de pesquisa com foco no papel do Estado e de esferas governamentais (central e subnacional), representação, participação e sociedade civil, análise institucional, comportamento político e políticas públicas. No contexto de pesquisa aplicada, o Laboratório de Pesquisa, Comportamento Político, Instituições e Políticas Públicas (LAPCIPP) vem desde 2012 desenvolvendo estudos sobre capacidade estatal, federalismo, qualidade da burocracia e resultados de políticas públicas. Nessa perspectiva é oportuno a celebração de uma parceria com o Ministério de Gestão e Inovação por meio de um TED com o intuito de realizar uma investigação compreensiva dos órgãos do setor público quanto às suas capacidades institucionais de prover bens públicos à sociedade. Em linhas gerais, parte-se do pressuposto que há variação em termos de competência administrativa no aparato da gestão pública federal. Seguindo, portanto, tal assertiva, um dos objetivos do projeto é realizar um mapeamento das experiências da administração pública, compreendendo-se a existência de diferentes modelos e estruturas de governança e

seus distintos impactos na ponta. Trata-se, assim, de elaborar uma pesquisa de recorte histórico e comparativo para mensurar a relação entre capacidade estatal e entrega de resultados de políticas públicas para estados e municípios do país.

Em qualquer lugar do mundo, cabe ao poder público garantir direitos e oferecer serviços e políticas públicas de qualidade. Para isso, muito se tem discutido sobre a importância de fortalecer capacidades estatais, como a profissionalização da burocracia e a melhoria da capacidade de planejamento. No entanto, a legitimidade do Estado democrático não se sustenta apenas na eficiência da entrega de políticas públicas: é fundamental que essas políticas correspondam aos anseios da sociedade — e que a população perceba essa correspondência.

A habilidade de se relacionar de forma eficaz com a sociedade é um elemento central do conceito de capacidade estatal. Há décadas, Evans (1995) argumentou que o Estado mais eficaz teria de ser inserido na sociedade e, mais recentemente, Pires e Gomide (2016) defenderam a necessidade de capacidades “político-relacionais” ao lado das “técnico-administrativas”. O primeiro tipo de capacidade, no entanto, tem sido frequentemente negligenciado em favor da segunda. Em um contexto em que as democracias enfrentam descrédito, torna-se urgente mapear os processos que têm levado ao distanciamento entre Estado e sociedade e buscar caminhos para reverter essa tendência.

Este projeto busca responder à seguinte pergunta: como o Estado pode fortalecer suas capacidades político-relacionais de forma a construir políticas públicas mais eficazes e com maior legitimidade social?

A metodologia proposta parte do pressuposto de que o país atravessa um momento de profunda transição política e social, o que dificulta a formulação de “respostas” prontas a essa questão. Ao mesmo tempo, diversos atores da sociedade civil e do Estado estão mobilizados em busca de soluções e engajados em experimentações nesse campo. Olhar para essas experiências pode ajudar a construir cenários possíveis e alternativos frente ao diagnóstico de um suposto esgotamento do modelo de interação Estado e sociedade que era marca da Nova República no país.

Baseado em princípios de pesquisa social aplicada, o projeto se estrutura em torno do mapeamento de iniciativas inovadoras de interação entre Estado e sociedade, da realização de entrevistas semiestruturadas com seus protagonistas e da organização de oficinas com atores sociais convidados a compartilhar experiências e refletir sobre os desafios e obstáculos enfrentados. Como resultados, esperamos produzir relatórios de pesquisa, artigos acadêmicos, orientações em nível de pós-graduação e pós-doutorado, além de materiais que traduzam os produtos acadêmicos para uma linguagem mais acessível. Esses materiais poderão apoiar, de forma concreta, a formulação de iniciativas governamentais voltadas à construção de capacidades político-relacionais do Estado.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, o cenário político brasileiro tem sido marcado pelo embate entre dois projetos centrais: o neoliberalismo e o projeto democrático-participativo (Dagnino et al., 2006). Atualmente, ambos se encontram em crise, diante do avanço de lideranças e partidos políticos antissistêmicos.

De um lado, mesmo o consenso neoliberal e seu credo a favor da abertura da economia para o mundo, promovendo o mercado globalizado, o crescimento de empresas multinacionais e a adoção de medidas contra o protecionismo econômico, estão em xeque em democracias consolidadas, como revelam as medidas adotadas no segundo mandato de Donald Trump (Gerstle, 2022). No Brasil, ao lado de políticas neoliberais no campo da economia, o Estado se vê cada vez mais limitado a agir por uma crescente restrição no campo dos valores, com o crescimento do conservadorismo.

De outro lado, o consenso em torno da participação como princípio orientador das políticas públicas vem mostrando seu desgaste no país desde as reações que seguiram os protestos de 2013 e as tentativas governamentais de avançar na sistematização da participação, como no Decreto de Participação Social, de 2014. Mais do que contrário à participação de certos interlocutores do campo progressista com o Estado, o governo de Jair Bolsonaro também apontou para um tipo distinto de intermediação com a sociedade, com outros atores, incluindo autoritários, e a partir de um discurso de política direta: do líder com a base

(Almeida, 2025). Desse modo, se antes a literatura vinha mostrando que a sobreposição dos projetos neoliberal e participativo impunha limites ao avanço dos direitos políticos, sociais e econômicos, pois apontavam para direções opostas (Abers, Almeida, 2021) - de um lado expansão e de outro retração do Estado - o cenário atual coloca novos desafios, de mudanças estruturais no funcionamento do Estado e de uma profunda alteração na sociedade em relação à maneira em que participa e também se relaciona com a máquina estatal.

Nesse contexto de mudanças e incertezas quanto aos rumos da relação entre Estado e sociedade, este projeto adota uma abordagem que combina pesquisa qualitativa com elementos de pesquisa-ação, envolvendo diretamente atores que participam dessas interações na construção das respostas à nossa pergunta. Os resultados, por sua vez, buscarão não apenas contribuir para os debates científicos, mas também fomentar reflexões e propostas voltadas a atores sociais e estatais diretamente envolvidos na construção de capacidades político-relacionais do Estado.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

- Sim
 Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
 Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos
 congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

- Sim
 Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global pactuado:

1. Limpeza e conservação.
2. Apoio administrativo, técnico e operacional.
3. Serviços de energia elétrica.
4. Vigilância ostensiva.
5. Serviços de água e esgoto.
6. Manutenção e conservação de bens imóveis.
7. Infraestrutura de TIC

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO							
METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
ETAPA 1	Entrevistas com atores chaves	Relatório	1	93.000,00	93.000,00	AGOSTO/2025	OUTUBRO/2025
ETAPA 2	Organização de mesa redonda no Seminário Internacional O Futuro da Democracia a ser realizado na UnB	Mesa Redonda	1	20.000,00	20.000,00	OUTUBRO/2025	OUTUBRO/2025
ETAPA 3	1 ° Oficina nas dependências da UnB	Relatório	1	48.100,00	48.100,00	OUTUBRO/2025	OUTUBRO/2025
ETAPA 4	2° Oficina nas dependências da UnB	Relatório	1	72.600,00	72.600,00	DEZEMBRO/2025	DEZEMBRO/2025
ETAPA 5	A participação da equipe em um seminário público do MGI	Seminário	1	21.000,00	21.000,00	MARÇO/2026	MARÇO/2026

ETAPA 6	Sistematização - Produção de um ebook em linguagem não acadêmica para divulgação dos resultados e primeira versão de artigo científico	Ebook e Versão inicial de artigo	1	51.000,00	51.000,00	FEVEREIRO/2026	AGOSTO/2026
ETAPA 7	Análise de obstáculos e avanços no fortalecimento de capacidades estatais político- relacionais no uso de novas tecnologias	Relatório	1	24.800,00	24.800,00	Julho/26	Agosto/26
ETAPA 8	Análise de obstáculos e avanços no fortalecimento de capacidades estatais político- relacionais na comunicação periférica	Relatório	1	24.800,00	24.800,00	Agosto/26	Setembro/26
ETAPA 9	Análise de obstáculos e avanços no fortalecimento de capacidades estatais político- relacionais em programas de agentes territoriais	Relatório	1	24.800,00	24.800,00	Setembro/26	Outubro/26

ETAPA 10	Construção de um catálogo analítico de inovações no fortalecimento de capacidades estatais político-relacionais	Catálogo	1	24.800,00	24.800,00	Outubro/26	Novembro/26
ETAPA 11	O seminário final do projeto será uma oportunidade de apresentar ao público de Brasília os resultados do projeto e construir diálogo entre gestores, sociedade civil e academia sobre as possibilidades e obstáculos para a construção de capacidades estatais político-relacionais mais fortes.	Seminário	1	9.800,00	9.800,00	Novembro/26	Dezembro/26

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
AGOSTO/2025	R\$ 193.320,00
JANEIRO/2026	R\$ 173.520,00
JULHO/2026	R\$ 130.800,00

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR INICIAL DO TED	VALOR PRIMEIRO ADITIVO	VALOR TOTAL DO TED

3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	NÃO	R\$ 305.700,00	R\$ 109.000,00	R\$ 414.700,00
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Despesas Administrativas e Operacionais da Fundação de Apoio	SIM	R\$ 24.456,00	R\$ 8.720,00	R\$ 33.176,00
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Custos Indiretos da UnB	SIM	R\$ 36.684,00	R\$ 13.080,00	R\$ 49.764,00
Total do TED:		R\$ 366.840,00	R\$ 130.800,00	R\$ 497.640,00

12. PROPOSIÇÃO

Local e data

Documento assinado eletronicamente

PROF.^a ROZANA REIGOTA NAVES

Reitora da da Universidade de Brasília – UnB

13. APROVAÇÃO

Local e data

Documento assinado eletronicamente

FRANCISCO GAETANI

Secretário Extraordinário para a Transformação do Estado (SETE/MGI)



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Gaetani, Secretário(a)**, em 02/07/2026, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rozana Reigota Naves, Usuário Externo**, em 03/07/2026, às 20:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **62579409** e o código CRC **2AFCA715**.

Referência: Processo nº 18001.001339/2025-45.

SEI nº 62579409